



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

1.1 Contratação de empresa especializada em treinamento para aplicação do curso: “CURSO FORMAÇÃO DE SERVIDORES NO E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS – AS MUDANÇAS DO LEIAUTE 1.2 E NOTA TÉCNICA 01/2023

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 12.179, de 13 de junho de 2022.

1.3 As especificações do objeto deverão estar em conformidade com o disposto no item II do ETP, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUAN TIDADE	PREÇO ESTIMA DO	LOCAL DE EXECUÇ ÃO	PARAZ O DE EXECU ÇÃO
1	1	TEMA DO CURSO: REGRAS PARA A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS PARA A LEGISLATURA 2025/2028 E ORIENTAÇÕES DE CONTROLE EXTERNO MÓDULO 1 CONSTRUÇÃO DO eSOCIAL EM ÓRGÃOS PÚBLICOS – (Prof. Alan William) – PARTE 1 1 – O eSOCIAL SEGUNDO O MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO NOVO eSOCIAL a) Introdução	Inscrições	2	R\$1.290,00	Modalidade e online ao vivo	DATA: 03 a 04 de Julho



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>b) Objetivos do Sistema e as regras gerais para sua implantação</p> <p>c) Características técnicas do sistema</p> <p>d) Obrigações acessórias que serão substituídas e simplificadas (Registro de servidores; RAIS; Folha de Pagamentos; GFIP; DIRF; CAT e PPP e outras).</p> <p>e) Conceitos dos eSocial: formal e intuitivo</p> <p>2 – Informações Específicas para os Órgãos Públicos.</p> <p>a) Servidores públicos contribuintes obrigatórios ao RGPS</p> <p>b) Servidores públicos contribuintes de RPPS</p> <p>c) O CNIS para servidores do RPPS e sua relação com SIPREV e Novo eSocial</p> <p>– Fluxo documental, sincronismo entre departamentos e processos internos x legislação</p>					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>3 – Forma de substituição das Obrigações Acessórias dos órgãos públicos de informações constantes no eSocial</p> <p>4 – Ambientes do eSocial e regras de utilização</p> <p>4.1 – Produção Restrita</p> <p>4.2 – Produção</p> <p>5 – Lógica do sistema e Recomendações</p> <p>6 – Modelo Operacional do eSocial</p> <p>7 – Acesso ao eSocial.</p> <p>7.1 – Certificação Digital</p> <p>7.2 – Utilização de Certificado Digital por prestadores de serviço de Contabilidade, Gestores de RH e SST</p> <p>8 – Transmissão dos arquivos – sequência lógica</p> <p>9 – Protocolo de envio e Recibo de entrega</p> <p>10 – Constituição de créditos e geração de guias de recolhimento</p>					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>10.1 – Remuneração e Pagamento de servidores e TSVEs no Novo eSocial</p> <p>10.2 – Orientações sobre a folha de 13º salário e Gratificação Natalina nos órgãos públicos</p> <p>10.3 – Adiantamento integral do décimo terceiro salário antes do mês de dezembro</p> <p>11 – Alterações e retificações de eventos no Novo eSocial</p> <p>11.1. Alterações de informações transmitidas em eventos não periódicos específicos</p> <p>11.2. Retificações: procedimentos e o que pode ser retificado</p> <p>12 – Tratamento das inconsistências geradas pelo envio extemporâneo de eventos</p> <p>12.1. Considerações sobre o tratamento da extemporaneidade dos eventos no eSocial</p> <p>12.1.1. Coerência lógica de encadeamento de eventos não periódicos.</p> <p>12.1.2. Preservação da integridade referencial dos eventos do eSocial e outros dados.</p> <p>12.1.3. Reaplicação das regras de envio de remuneração e de</p>					
--	--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>fechamento da folha</p> <p>12.1.4. Inalterabilidade de cálculos dos totalizadores após recepção dos eventos</p> <p>12.1.5. Avaliação individual dos eventos extemporâneos</p> <p>12.1.6. Limitação de efeitos dos eventos de alteração cadastral e alteração contratual</p> <p>12.1.7. Envio de eventos com data de ocorrência situada em período de versão anterior do leiaute</p> <p>13 – Exclusão de eventos</p> <p>14 – Consulta das informações e download dos arquivos transmitidos</p> <p>15- O processamento de eventos extemporâneos</p> <p>16 – Novidades no Leiaute do eSocial 1.2</p> <p>a) Os novos Eventos de Processos Trabalhistas</p> <p>b) Alterações nos Eventos de Remuneração: RRA e Remunerações de Períodos anteriores</p> <p>c) O novo Leiaute do evento S-1210</p> <p>d) O Fim da DIRF</p>					
--	--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>e) Alterações nos Eventos Não Periódicos</p> <p>MÓDULO 2</p> <p>DETALHAMENTO DO eSOCIAL COM REGRAS E OPERAÇÃO DO SISTEMA</p> <p>17 – Análise do layout do Novo eSocial atual:</p> <ul style="list-style-type: none">– Eventos Iniciais– Eventos de Tabelas do Empregador e as tabelas internas do Novo eSocial– Eventos Não Periódicos– Eventos Periódicos <p>18 – Eventos Trabalhistas – RET e o Estatuto do Servidor</p> <ul style="list-style-type: none">– Admissão através de informações do trabalhador e seus dependentes, benefícios previdenciários, local de trabalho e atividades desempenhadas– Afastamento do trabalhador, acontecimentos e prorrogações, incluindo o Acidente de Trabalho e demais motivos e afastamento.– Trabalhadores Sem Vínculo, inclusive os comissionados,					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>agentes políticos e temporários;</p> <ul style="list-style-type: none">– Informações Cadastrais, Pessoais, Contratuais, Remunerados, FGTS, inclusive o Servidor Público Cedido, servidores em curso de formação, conselheiro tutelar, médico residente e estagiários.– Desligamento;– Benefícios Previdenciários e demais informações;– Reintegração, com o restabelecimento do vínculo de trabalho; <p>19 – As informações que constam dos arquivos do eSocial x Estatuto</p> <ul style="list-style-type: none">– Afastamento do trabalhador por motivo de férias: Processos práticos do órgão x exigências do Novo eSocial; férias fracionadas e antecipadas, qual o tratamento no arquivo.– Atividades efetivamente desempenhadas pelo trabalhador; questões de equiparação salarial, acúmulo de função entre outras que são informadas no Novo eSocial– Promoções e alterações contratuais e quais as					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>consequências de informações retroativas no Novo eSocial</p> <p>20 – Segurança e Medicina do Trabalho e Aplicabilidade no Setor Público: Eventos de Segurança e Saúde no Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">– SST dos órgãos públicos– Condições diferenciadas de trabalho: Insalubridade, periculosidade e atividade especial– Entenda a relevância das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho no Novo eSocial– Exames médicos ocupacionais, atenção especial ao prazo de exame médico admissional– Agentes de riscos, grande atenção para os agentes Ergonômicos e Mecânicos– Atestados de saúde ocupacional e informações de monitoramento biológico– Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP <p>21 – Folha de Pagamento X Regras do Manual do eSocial: orientações práticas</p> <p>a) Regras para o evento S-1200 –</p>					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social</p> <p>b) Regras para o evento S-1202 – Remuneração de servidor vinculado a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS</p> <p>c) Regras para o evento S-1207 – Benefícios – Entes públicos</p> <p>d) Regras para o evento S-1210 – Pagamentos de Rendimentos do Trabalho e o novo leiaute de substituição da DIRF</p> <p>e) Remuneração e Pagamento de servidores e TSVEs no Novo eSocial</p> <p>f) Orientações sobre a folha de 13º salário e Gratificação Natalina nos órgãos públicos</p> <p>g) Adiantamento integral do décimo terceiro salário antes do mês de dezembro</p> <p>h) Fechamentos e validações da Folha de Pagamentos: Como Auditar a Folha</p> <p>22 – PENALIDADES E ACRÉSCIMOS LEGAIS</p>					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		CARGA HORÁRIA: 16 HORAS					
		PALESTRANTE: ALAN WILLIAM FERNANDES DA SILVA					

TOTAL: R\$ 2.580,00 (Dois mil quinhentos e oitenta reais)

1.4 Ciclo de vida- A solução encontrada para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Santana da Vargem é a contratação de serviço especializado em treinamento para os servidores e vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. Este serviço tem início do ciclo de vida com a aplicação do curso e se exaure com o certificado.

1.5 Requisitos da contratação: Conforme **item II, 3 do ETP**, Para atender à demanda por capacitação de vereadores e servidores, é fundamental estabelecer requisitos indispensáveis que garantam a eficácia e relevância do treinamento. Ao buscar propostas, é importante considerar os seguintes padrões mínimos:

Profissionais Especializados:

- A proposta deve incluir profissionais especializados, como instrutores, palestrantes e consultores, com experiência comprovada em temas relevantes para o contexto legislativo e administrativo.

Materiais Didáticos:

- O fornecimento de materiais didáticos de qualidade, como apostilas, manuais e recursos multimídia, é essencial para garantir a compreensão e retenção dos conteúdos apresentados durante o curso.

Metodologia de Ensino:

- Deve ser apresentada uma metodologia de ensino clara e eficaz, incluindo estratégias pedagógicas que promovam a participação ativa, discussões e estudos de caso práticos, adequados ao ambiente legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

Personalização do Conteúdo:

- A proposta deve permitir a personalização dos conteúdos, de modo a atender às demandas específicas da câmara municipal, levando em consideração os desafios e particularidades locais e possibilitando ao aluno acesso direto ao professor com a finalidade de serem sanadas quaisquer dúvidas.

Certificado de Conclusão:

- O curso deve obrigatoriamente fornecer um certificado de conclusão, atestando a participação e o aproveitamento satisfatório do vereador ou servidor. Esse certificado deve seguir padrões reconhecidos e ser emitido após a conclusão de todas as atividades exigidas.

Para garantir a eficácia da capacitação dos vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem, é fundamental que os profissionais responsáveis pela ministração do curso possuam notória especialização e experiência prática nas áreas de Direito Administrativo e Gestão Pública. Além disso, o conteúdo programático deve abordar de forma relevante e abrangente os temas propostos.

O contrato terá a duração correspondente à realização do curso nos dias 25 a 28 de Junho de 2024, conforme o cronograma estabelecido.

Ao buscar propostas, é importante considerar os seguintes padrões mínimos:

Ao considerar esses requisitos indispensáveis, será possível avaliar e selecionar a proposta mais vantajosa para atender à demanda por capacitação de vereadores e servidores de maneira abrangente e eficaz.

2 Da justificativa

2.1 A capacitação contínua dos servidores públicos é essencial para a eficácia e a eficiência das administrações públicas. A especialização por meio de cursos atualizados garante que os servidores estejam sempre aptos a desempenhar suas funções com excelência, adaptando-se às novas demandas e legislações. Essa formação contínua não só melhora a qualidade dos serviços prestados pela instituição, mas também aumenta a transparência e a confiança da população nas atividades do órgão público. Servidores bem capacitados são capazes de implementar práticas inovadoras e eficientes, resultando em uma administração pública mais responsiva e comprometida com o bem-estar da comunidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

A participação da contadora legislativa e do técnico contábil da Câmara Municipal de Santana da Vargem no curso "Formação de Servidores no e-Social para Órgãos Públicos - As Mudanças do Leiaute 1.2 e Nota Técnica 01/2023" é essencial para garantir que o setor contábil da Câmara esteja plenamente capacitado para cumprir suas obrigações com qualidade e eficiência. O e-Social é uma plataforma governamental indispensável para a administração pública, exigindo o preenchimento e envio mensal de dados. As constantes mudanças no leiaute desta plataforma, incluindo a recente atualização para o Leiaute 1.2 e a Nota Técnica 01/2023, tornam imperativo que os servidores responsáveis por essas tarefas estejam sempre atualizados.

A relevância deste curso para as atividades da Câmara Municipal é inegável. O setor contábil é diretamente responsável pelo envio de dados ao e-Social, e qualquer erro ou atraso pode resultar em sérias consequências legais e administrativas para a Câmara. Este curso, especializado em servidores públicos, proporciona uma capacitação completa e atualizada, permitindo que os participantes interpretem e construam corretamente os eventos que compõem a remuneração dos servidores no e-Social e as tabelas de rubricas. Além disso, os participantes aprenderão a analisar as complexas legislações previdenciárias e tributárias, garantindo que os processos necessários sejam adequadamente implementados.

Em termos quantitativos, a participação de dois servidores no curso é uma escolha estratégica. A contadora legislativa e o técnico contábil desempenham papéis cruciais no cumprimento das obrigações contábeis e fiscais da Câmara. Capacitar ambos os servidores garantirá que o conhecimento adquirido seja aplicado de forma abrangente e eficaz dentro do setor contábil, aumentando a capacidade de resposta e a qualidade dos envios mensais ao e-Social.

Os beneficiários diretos desta capacitação são a contadora legislativa e o técnico contábil. No entanto, os benefícios se estendem indiretamente a toda a Câmara Municipal e à população de Santana da Vargem. Um setor contábil bem capacitado assegura que todas as obrigações fiscais e previdenciárias sejam cumpridas com precisão, evitando penalidades e garantindo a transparência e a eficiência da administração pública. A formação contínua dos servidores públicos é fundamental para a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade.

Os resultados pretendidos com esta capacitação são múltiplos. Espera-se que a contadora legislativa e o técnico contábil adquiram um entendimento profundo das mudanças do leiaute 1.2 e da Nota Técnica 01/2023 do e-Social, garantindo que todos os envios mensais sejam realizados de acordo com as novas exigências.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

Além disso, a formação permitirá que os servidores interpretem corretamente as legislações previdenciárias e tributárias associadas, aplicando os processos necessários de forma adequada e eficiente. Este conhecimento contribuirá para a estabilidade administrativa e para a melhoria contínua dos serviços públicos, beneficiando toda a comunidade de Santana da Vargem.

Em resumo, a participação da contadora legislativa e do técnico contábil no curso "Formação de Servidores no e-Social para Órgãos Públicos - As Mudanças do Leiaute 1.2 e Nota Técnica 01/2023" é um investimento essencial que garante que ambos estejam bem informados e preparados para cumprir suas responsabilidades de forma ética, legal e eficiente. A capacitação contínua dos agentes públicos é crucial para a evolução da administração pública e para a manutenção da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Em resumo, a participação dos vereadores no curso "CURSO FORMAÇÃO DE SERVIDORES NO E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS: AS MUDANÇAS NO LEIAUTE 1.2 E NOTA TÉCNICA 01/2023" é um investimento essencial que garante que eles estejam bem informados e preparados para cumprir com as responsabilidades contábeis da Câmara Municipal e Santana da Vargem de forma ética, legal e eficiente.

Dessa forma, o curso sobre "'CURSO FORMAÇÃO DE SERVIDORES NO E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS: AS MUDANÇAS NO LEIAUTE 1.2 E NOTA TÉCNICA 01/2023" planejado para os dias 03 e 04 de junho de 2024, visa atender às necessidades específicas dos servidores do setor contábil fornecendo ferramentas e conhecimentos necessários para analisarem interpretarem e construir corretamente os eventos do e-social, as leis previdenciárias e tributárias e suas vinculações nestes eventos de forma a desempenhar suas responsabilidades de forma eficaz e responsável

O curso será ministrado pelo renomado palestrante Alan Willian Fernandes da Silva, que possui notória especialização no tema E-Social, garantindo a qualidade e relevância do conteúdo apresentado. Além disso, possui longa experiência e números de horas e entes públicos alcançados.

Diante da complexidade e importância do tema abordado, o investimento de 1290,00 (mil duzentos e noventa reais) por participante representa um valor justo e acessível, considerando os benefícios e conhecimentos adquiridos ao longo do curso. O evento ocorrerá na modalidade online ao vivo o que não ocasiona gastos com diária e locomoção dos servidores, representando uma economia para a Administração.

2.2. Será realizada a contratação por meio da aquisição única, tendo em vista a singularidade do serviço.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

2.3 A contratação fundamenta-se no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa n.º 01/2024 da Controladoria Interna, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

3 Da seleção do Fornecedor e caracterização da inexigibilidade

3.1 O Fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO por INEXIGIBILIDADE de licitação (art.74, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021).

3.2 Conforme expressamente previsto no art. 74, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição:

III- Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação (...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

3.3 Os requisitos supramencionados estão presentes no curso “CURSO FORMAÇÃO DE SERVIDORES NO E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS: AS MUDANÇAS NO LEIAUTE 1.2 E NOTA TÉCNICA 01/2023”, tendo em vista a notória especialização da empresa e que o conteúdo programático agregará profundamente no desenvolvimento técnico-profissional dos servidores da Câmara Municipal de Santana da Vargem.

3.4 O diferencial do curso está tanto na qualificação técnica da empresa que presta serviços, especializados em agentes públicos, em diversas cidades de vários entes federativos quanto na qualificação acadêmica e profissional do professor. O seu corpo docente é composto por profissionais altamente qualificados, com experiência prática nas respectivas áreas ministradas. O curso em questão será ministrado por professor consagrado na área pública:

MINISTRANTE – COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO- PROF. ALAN WILLIAM FERNANDES DA SILVA



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

O Ministrante desta capacitação possui Notória Especialização no tema do Novo eSocial, não apenas pela longa experiência, número de horas e Entes Públicos alcançados, mas também pela capacidade didática e os excelentes resultados obtidos, já tendo realizado desde 2014 dezenas de edições de cursos exclusivos para Órgãos Públicos sobre o eSocial e EFD REINF. Em todas estas edições as avaliações foram 96% ótimas ou excelentes, ou seja, de cada 1000 servidores treinados, 960 aprovaram o curso e o professor.

Entre alguns dos Entes nos quais ministrou capacitações, destaca-se entre estes, o Tribunal de Justiça do Paraná através da ESEJE, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, assim como para servidores da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) e da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Também atuou como instrutor de eSocial para Autarquias de Saneamento através do Consórcios Intermunicipais (CISAB e CISABES). Já capacitou servidores de 76 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, e no Paraná cerca de 190 dos 399 municípios.

Além disso, também capacitou um grande número Órgãos Municipais e Estaduais dos Estados de SC, SP, MG, RJ e na Paraíba capacitou respectivamente a totalidade das Autarquias Estaduais e o Município de Cabedelo.

Em 2022 e 2023, ministrou programas de capacitação no eSocial em modalidade de Cursos In Company para o TCE – RO através da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (ESCON), Associação Capixaba de Institutos de Previdência (ACIP), Município de Foz do Iguaçu e o Município de Teresópolis. Durante este período também ministrou cursos abertos para centenas de Órgãos Públicos, dentre os quais, podem ser citados a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, Defensoria Pública do Estado de Rondônia, Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON), Tribunal de Justiça de Rondônia, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Câmara Municipal de Curitiba, Tribunal de Justiça do Paraná e o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM – RJ), além de centenas de outros servidores oriundos de Órgãos Públicos municipais de todo o país.

Destaca-se o papel como Consultor da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) através do IEL e SESI, como um dos autores da Cartilha CNI do eSocial e como Coordenador responsável pela criação da Metodologia de Implantação do eSocial/REINF utilizado por empresas de todo o país distribuído através das 27 federações de indústrias no IEL. Também atuou como consultor na construção e adequação de softwares de folha e RH para o eSocial nos setores público e privado, como a Container Solutions (área portuária utilizada em mais de 25 dos 27 portos do país), E&L produção de softwares (setor público) e da Caiena no software de Gestão de RH e Folha do Estado da Paraíba.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

O Ministrante atua de forma exclusiva através do GRUPO ECO BRAZIL, representado neste ato pela Empresa ECO BRAZIL TREINAMENTOS EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA, como sócio administrador, transferindo a empresa sua Notória especialização.

Além disso, o conteúdo programático será robusto e atenderá às necessidades dos vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem, pois abordará os seguintes assuntos:

1 – O eSOCIAL SEGUNDO O MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO NOVO eSOCIAL

- a) Introdução
- b) Objetivos do Sistema e as regras gerais para sua implantação
- c) Características técnicas do sistema
- d) Obrigações acessórias que serão substituídas e simplificadas (Registro de servidores; RAIS; Folha de Pagamentos; GFIP; DIRF; CAT e PPP e outras).
- e) Conceitos dos eSocial: formal e intuitivo

2 – Informações Específicas para os Órgãos Públicos.

- a) Servidores públicos contribuintes obrigatórios ao RGPS
- b) Servidores públicos contribuintes de RPPS
- c) O CNIS para servidores do RPPS e sua relação com SIPREV e Novo eSocial
- Fluxo documental, sincronismo entre departamentos e processos internos x legislação

3 – Forma de substituição das Obrigações Acessórias dos órgãos públicos de informações constantes no eSocial

4 – Ambientes do eSocial e regras de utilização

4.1 – Produção Restrita

4.2 – Produção

5 – Lógica do sistema e Recomendações

6 – Modelo Operacional do eSocial



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

7 – Acesso ao eSocial.

7.1 – Certificação Digital

7.2 – Utilização de Certificado Digital por prestadores de serviço de Contabilidade, Gestores de RH e SST

8 – Transmissão dos arquivos – sequência lógica

9 – Protocolo de envio e Recibo de entrega

10 – Constituição de créditos e geração de guias de recolhimento

10.1 – Remuneração e Pagamento de servidores e TSVEs no Novo eSocial

10.2 – Orientações sobre a folha de 13º salário e Gratificação Natalina nos órgãos públicos

10.3 – Adiantamento integral do décimo terceiro salário antes do mês de dezembro

11 – Alterações e retificações de eventos no Novo eSocial

11.1. Alterações de informações transmitidas em eventos não periódicos específicos

11.2. Retificações: procedimentos e o que pode ser retificado

12 – Tratamento das inconsistências geradas pelo envio extemporâneo de eventos

12.1. Considerações sobre o tratamento da extemporaneidade dos eventos no eSocial

12.1.1. Coerência lógica de encadeamento de eventos não periódicos.

12.1.2. Preservação da integridade referencial dos eventos do eSocial e outros dados.

12.1.3. Reaplicação das regras de envio de remuneração e de fechamento da folha

12.1.4. Inalterabilidade de cálculos dos totalizadores após recepção dos eventos

12.1.5. Avaliação individual dos eventos extemporâneos

12.1.6. Limitação de efeitos dos eventos de alteração cadastral e alteração contratual

12.1.7. Envio de eventos com data de ocorrência situada em período de versão anterior do leiaute

13 – Exclusão de eventos

14 – Consulta das informações e download dos arquivos transmitidos

15- O processamento de eventos extemporâneos



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

16 – Novidades no Leiaute do eSocial 1.2

- a) Os novos Eventos de Processos Trabalhistas
- b) Alterações nos Eventos de Remuneração: RRA e Remunerações de Períodos anteriores
- c) O novo Leiaute do evento S-1210
- d) O Fim da DIRF
- e) Alterações nos Eventos Não Periódicos

MÓDULO 2

DETALHAMENTO DO eSOCIAL COM REGRAS E OPERAÇÃO DO SISTEMA

17 – Análise do layout do Novo eSocial atual:

- Eventos Iniciais
- Eventos de Tabelas do Empregador e as tabelas internas do Novo eSocial
- Eventos Não Periódicos
- Eventos Periódicos

18 – Eventos Trabalhistas – RET e o Estatuto do Servidor

- Admissão através de informações do trabalhador e seus dependentes, benefícios previdenciários, local de trabalho e atividades desempenhadas
- Afastamento do trabalhador, acontecimentos e prorrogações, incluindo o Acidente de Trabalho e demais motivos e afastamento.
- Trabalhadores Sem Vínculo, inclusive os comissionados, agentes políticos e temporários;
- Informações Cadastrais, Pessoais, Contratuais, Remunerados, FGTS, inclusive o Servidor Público Cedido, servidores em curso de formação, conselheiro tutelar, médico residente e estagiários.
- Desligamento;
- Benefícios Previdenciários e demais informações;
- Reintegração, com o restabelecimento do vínculo de trabalho;

19 – As informações que constam dos arquivos do eSocial x Estatuto

- Afastamento do trabalhador por motivo de férias: Processos práticos do órgão x exigências do Novo eSocial; férias fracionadas e antecipadas, qual o tratamento no arquivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

– Atividades efetivamente desempenhadas pelo trabalhador; questões de equiparação salarial, acúmulo de função entre outras que são informadas no Novo eSocial

– Promoções e alterações contratuais e quais as consequências de informações retroativas no Novo eSocial

20 – Segurança e Medicina do Trabalho e Aplicabilidade no Setor Público: Eventos de Segurança e Saúde no Trabalho – SST dos órgãos públicos

– Condições diferenciadas de trabalho: Insalubridade, periculosidade e atividade especial

– Entenda a relevância das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho no Novo eSocial

– Exames médicos ocupacionais, atenção especial ao prazo de exame médico admissional

– Agentes de riscos, grande atenção para os agentes Ergonômicos e Mecânicos

– Atestados de saúde ocupacional e informações de monitoramento biológico

– Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP

21 – Folha de Pagamento X Regras do Manual do eSocial: orientações práticas

a) Regras para o evento S-1200 – Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social

b) Regras para o evento S-1202 – Remuneração de servidor vinculado a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

c) Regras para o evento S-1207 – Benefícios – Entes públicos

d) Regras para o evento S-1210 – Pagamentos de Rendimentos do Trabalho e o novo leiaute de substituição da DIRF

e) Remuneração e Pagamento de servidores e TSVEs no Novo eSocial

f) Orientações sobre a folha de 13º salário e Gratificação Natalina nos órgãos públicos

g) Adiantamento integral do décimo terceiro salário antes do mês de dezembro

h) Fechamentos e validações da Folha de Pagamentos: Como Auditar a Folha

22 – PENALIDADES E ACRÉSCIMOS LEGAIS

Desta forma, é importante destacar que cada empresa oferece um curso de natureza técnico especializado de natureza intelectual e com profissional de notória especialização. Além disso, não existe professor igual, com as mesmas características e habilidades. Tanto o conteúdo programático quanto a metodologia e didática empregadas são únicos, não podendo ser encontrados em nenhum outro contexto ou instituição de ensino. Essa singularidade do serviço proporciona uma experiência de aprendizagem única e especializada, que atende às necessidades dos participantes de forma diferenciada. Sobre isso, tem-se o trecho do voto da Decisão nº 439/98 do TCU, Plenário:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados – que são o que afinal importa obter –, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. (...) Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas). (...) E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei nº 2.300/86

3.3 Portanto, é evidente que o Curso: “REGRAS PARA A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS PARA A LEGISLATURA 2025/2028 E ORIENTAÇÕES DE CONTROLE EXTERNO” 2024 não se enquadra nas modalidades de licitação, uma vez que sua natureza decorre de uma atividade intelectual que não pode ser objetivamente definida nem selecionada com base em critérios como preço e/ou técnica. Não existem parâmetros que possibilitem uma comparação ou competição com outros cursos eventualmente disponíveis no mercado.

3.4 Diante do exposto acima, justifica-se a contratação de serviço técnico especializado em aperfeiçoamento pessoal, nos termos do art. 74, inc. III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021.

3.5 A prestação dos serviços/Aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.6 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá ser observado os requisitos exigidos no Aviso de INEXIGIBILIDADE de licitação.

3.7 Para a habilitação do fornecedor classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de habilitação exigidos, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133 de 2021. (deverá ser adaptado conforme peculiaridade do serviços/produtos que serão adquiridos)

3.8 Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

- 3.8.1 A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 3.8.2 A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 3.8.3 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 3.8.4 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 3.8.5 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 3.8.6 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4 Da Amostra

- 4.1 Não será necessário envio de amostras.

5 Da Vigência

- 5.1 O prazo de vigência da contratação é de 3 (meses) contados do(a) publicação do extrato no diário oficial.
- 5.2 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6 Da Gestão do Contrato

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As As comunicações serão feitas exclusivamente por meios eletrônicos (e-mail e/ou WhatsApp) e serão consideradas válidas após **02 (dois) dias úteis** do seu envio, mesmo sem a confirmação de leitura.
- 6.4 A Câmara Municipal de Santana da Vargem, poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrument equivalente, a Camara Municipal de Santana da Vargem, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#);

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21 De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, conseqüentemente, suprir a necessidade apresentada perante o presente procedimento de contratação, têm-se nomeados os seguintes servidores para gestão e fiscalização do contrato:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

Gestor: Diretor da Câmara Municipal

Fiscal técnico: Diretor da Câmara Municipal

6.22 Ainda, tem-se que, os servidores nomeados aos cargos de gestão e fiscalização da presente contratação possuem nítido conhecimento na área, de modo que se tornam capazes de aferir a qualidade do produto/serviço a ser prestado.

7 Da Entrega e Garantia

7.1 Pela natureza da presente contratação, tem-se que a execução do objeto se dará de forma integral.

7.2 A CONTRATADA deverá prestar os serviços na data e local agendados (folder em anexo), dias 04 e 05 de Julho na, cidade de Belo Horizonte-MG.

7.3 Ao receber o e-mail e/ou WhatsApp, com a Ordem de Fornecimento, a licitante deverá responder acusando o recebimento. **A licitante vencedora tem até 2 (dois) dias úteis para acusar o recebimento. Após este prazo, será admitido como recebido.**

7.4 O objeto deverá ser prestado na modalidade à distância ao vivo;

7.5 No ato da entrega será procedida a avaliação da qualidade dos produtos /Serviços licitados com relação à descrição, características, embalagem e rotulagem especificadas no objeto do Edital.

7.6 Ao assinar o CONTRATO DE FORNECIMENTO ou ORDEM DE FORNECIMENTO, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer à Câmara Municipal de Santana da Vargem, o objeto que lhe foi adjudicado conforme especificações e condições contidas neste Edital e também na Proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

8 Do Recebimento

8.1 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 7 (sete) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 Os produtos/serviços defeituosos que não oferecerem a segurança que dele legitimamente se espera, deverão ser substituídos no prazo de até **07 (sete) dias** pela CONTRATADA, e às suas expensas, contados a partir da solicitação feita pela Câmara Municipal de Santana da Vargem/MG, mantido o preço inicialmente contratado, sob pena de ser considerada em atraso quanto à obrigação contratual.

8.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.5 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

8.6 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

8.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.10 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

9 Do Pagamento

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

a) Devendo para isto a empresa apresentar Nota Fiscal Eletrônica demonstrando descrição correta dos itens, valores unitários e totais.

b) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

c) O pagamento através de boleto bancário só será efetuado mediante o vencimento do boleto na apresentação.

d) A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a retenção de imposto de renda, bem como informar o regime tributário o qual a empresa está enquadrada, em consonância ao Decreto Municipal n.º 12.814 de 31 de julho de 2023, sob pena de retenção do Imposto de Renda sobre o valor total do documento.

e) A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal os dados bancários para pagamento

9.2 Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal Eletrônica correspondente emitida, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

9.3 A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da CONTRATANTE, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

9.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA pelo representante da CONTRATANTE e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

9.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

9.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10 Do Reajuste

10.1 Os contratos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima nos termos da Lei Federal de nº 14.133/2021.

10.2 Após o período de 12 meses, poderá haver o reajuste dos valores pelo índice IPCA fornecido pelo IBGE, que será concedido após a solicitação da contratada.

10.3 Conforme disposto no Inciso I e Caput do Artigo 124 da Lei Federal de nº 14.133/2021, os contratos firmados poderão ser alterados com as devidas justificativas, unilateral pela Câmara Municipal, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos e quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diluição quantitativa de seu objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato para obras, serviços e compras e de 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma de edifício ou de equipamentos. Poderá também ser aditado bilateralmente para manter o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato em casos de força maior, caso fortuito e fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a sua execução, conforme pactuado.

10.4 Conforme disposto no Caput do Artigo 129 da Lei Federal de nº 14.133/2021, quando da alteração contratual para supressão de obras, bens e serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, ou ainda, ter prestado os serviços, estes deverão ser pagos pela Câmara Municipal de Santana da Vargem pelos custos regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo ainda caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

10.6 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do artigo 134 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

11 Do valor da Contratação

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1780,00 (um mil setecentos e oitenta reais);

11.2 O valor da proposta deve abranger os seguintes custos: impostos, encargos sociais e trabalhistas, entre outros custos que forem gerados para execução do serviço.

12 Da Dotação Orçamentária

12.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do exercício financeiro vigente, e da correspondente no exercício subsequente.

Dotação orçamentária: Despesa número 04- 3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica, R\$18.060,03

13 Da Adequação ao Plano Anual de Contratações

13.1 Esta contratação está devidamente prevista e respaldada no Plano Anual de Contratações.

14 Da Garantia de Execução

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução .



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

15 Das Obrigações do Contratante (art 92,X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

15.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

15.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.3 Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o CONTRATO

15.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.5 Arcar com as despesas de publicação de extrato do CONTRATO DE FORNECIMENTO, bem como dos Termos Aditivos que venham a ser firmados.

15.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

15.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

15.10 Cientificar o órgão de representação judicial do jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

15.12.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16 Das Obrigações do Contratado

16.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.4 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do CONTRATO DE FORNECIMENTO, durante toda a sua vigência;

16.5 Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários para comprovação da qualidade do (s) objeto (s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do Edital.

16.6 Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do CONTRATO DE FORNECIMENTO, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei.

16.7 Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o objeto contratado.

16.8 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

16.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.11 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.12 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato; 16.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.14 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.17 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17 Das Obrigações do Contratado

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

17.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.3 dar causa à inexecução total do contrato;

17.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, nos termos da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.14 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item **15.13**. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

17.15 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

17.16 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.17 A aplicação das sanções previstas no item **15.13**. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.18 Na aplicação da sanção prevista no item 15.13, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

17.19 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item **15.13** do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.20 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

17.21 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.22 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.23 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

- c)
- d) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- e) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- f) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18 Das Normas de Regência

18.1 O presente procedimento licitatório é regido pela Lei 14.133/21, e regulamentações internas.

18.2 Os casos omissos no presente Termo de Referência deverão observar a legislação de regência.

19 Do Foro

19.1 As partes elegem o foro da comarca de Três Pontas /MG para dirimir quaisquer conflitos existentes dentre esta contratação

Santana da Vargem, 26 de Junho de 2024